



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

CONFLITOS AGRÁRIOS E TERRITORIAIS NA AMACRO (AMAZÔNIA OCIDENTAL)

Ricardo Gilson da Costa Silva¹
e-mail: rgilson@unir.br

Tainá Sarmento Leão²
e-mail: tsarmentoleao@gmail.com

Anne Karoline Sanders Figueredo³
e-mail: annegeografiaunir@gmail.com

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: 2 (Geo)Políticas do Meio Ambiente, Gestão de Recursos e Sustentabilidades

RESUMO

Analisa-se os conflitos no campo (agrários e territoriais) na região da AMACRO, compreendendo-os como expressão das contradições estruturais do desenvolvimento capitalista na Amazônia Ocidental e de suas implicações para os direitos humanos e territoriais. Considerando uma das fronteiras agrícolas em expansão, a AMACRO é formada por 32 municípios do sul do Amazonas, leste do Acre e norte de Rondônia, espaço onde se registra um crescimento nas disputas por terra e território, em função da expansão agropecuária e especulação fundiária. Como metodologia, adotou-se a revisão bibliográfica, análise cartográfica, pesquisa documental junto à CPT, e trabalho de campo. Conclui-se que esses conflitos não se configuram como fenômenos isolados, mas como manifestações estruturais de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, na apropriação privada de terras públicas e na atuação seletiva do Estado. A insuficiência das políticas públicas de ordenamento territorial e regularização fundiária contribui para a reprodução da grilagem, do desmatamento e das recorrentes violações de direitos humanos na região.

Palavras-chave: Conflitos por Terra; Território; Direitos Humanos; AMACRO.

INTRODUÇÃO

A questão agrária constitui um dos pilares centrais da formação socioespacial brasileira, expressando, historicamente, profundas desigualdades no acesso à terra e no uso do território. A concentração fundiária e abertura de novas áreas rurais, aliada à atuação do Estado em favor de interesses privados, consolidou um padrão de ocupação territorial marcado pela exclusão social, pela violência no campo e pela sistemática violação de direitos humanos (Ianni, 1981; Martins, 1991). Nessa perspectiva, os conflitos

¹ Geógrafo, Doutor em Geografia Humana (USP), Professor da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Porto Velho/Rondônia.

² Discente do Curso de Geografia – UNIR, Bolsista PIBIC/DHJUS, Porto Velho/Rondônia.

³ Discente do Curso de Geografia – UNIR, Bolsista PIBIT/UNIR, Porto Velho/Rondônia.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

agrários e territoriais devem ser analisados como manifestações estruturais do modelo de desenvolvimento adotado no país, que crescem em regiões de recente expansão agrícola (Costa Silva, 2024).

Especialmente na região qualificada de Amacro, que abrange o sul do estado do Amazonas, leste do Acre e norte de Rondônia, na Amazônia Ocidental, tais contradições assumem contornos ainda mais complexos em função da incorporação da região aos circuitos especulativos da economia nacional e global, sobretudo com a grilagem e mercado de terras, exploração madeireira e a economia do carbono. Conforme analisa Santos (2008), o território, nesse contexto, passa a ser utilizado de forma seletiva, subordinando regiões às demandas externas e aprofundando desigualdades socioespaciais.

A expansão da fronteira agropecuária na Amazônia Ocidental tem provocado profundas reconfigurações territoriais, expressas no avanço do desmatamento, na apropriação privada de terras públicas e na crescente pressão sobre territórios protegidos (Costa Silva, 2024). Svampa (2019) interpreta esse processo como expressão do neoextrativismo contemporâneo, no qual o crescimento econômico se sustenta na exploração intensiva da natureza e na desterritorialização de populações tradicionais, ampliando os conflitos socioambientais. Tais conflitos revelam a disputa entre projetos antagônicos de uso do território: de um lado, a racionalidade do capital; de outro, as territorialidades construídas a partir da reprodução social e cultural dos povos amazônicos.

É nesse contexto que se insere a região da AMACRO, institucionalmente apresentada como nova zona estratégica de desenvolvimento (SUDAM, 2021). Entretanto, evidências empíricas indicam que sua consolidação tem sido acompanhada pela intensificação dos conflitos no campo, pela violência contra populações rurais e pela fragilização dos direitos territoriais (CPT, 2025; Chagas, 2025; Costa Silva, 2021). A atuação passiva do Estado, associada à insuficiência das políticas de ordenamento territorial e regularização fundiária, contribui para a reprodução desses conflitos, reforçando um modelo de desenvolvimento que privilegia a acumulação de capital em detrimento da sociobiodiversidade amazônica.

Dessa forma, este trabalho analisa os conflitos no campo (agrários e territoriais) na região da AMACRO, compreendendo-os como expressão das contradições estruturais do desenvolvimento capitalista na Amazônia Ocidental e de suas implicações para os direitos humanos e territoriais.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental. Foram mobilizados aportes teóricos da geografia crítica, da sociologia agrária e dos estudos sobre globalização e território, com destaque para autores como Milton Santos, José de Souza Martins, Octávio Ianni e Maristella Svampa.

Complementarmente, foram analisados dados primários da Comissão Pastoral da Terra (CPT), especialmente os registros de conflitos no campo, além de informações estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esses materiais

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

permitiram compreender a dinâmica espacial dos conflitos agrários e suas implicações socioambientais na região da AMACRO.

Os trabalhos de campo foram realizados nos municípios de Porto Velho, Humaitá e Lábrea, no período de 2024 e 2025. Nas atividades, a observação direta da paisagem rural e os diálogos com instituições e representantes dos movimentos sociais permitiram construir uma leitura horizontal da natureza dos conflitos agrários e territoriais na região (Costa Silva, 2024).

ANÁLISE DE RESULTADOS

A análise dos conflitos no campo na região da AMACRO evidencia que a expansão agropecuária não se configura apenas como um fenômeno econômico, mas como um processo eminentemente territorial, marcado por relações de poder, disputas pelo controle da terra e redefinição das territorialidades existentes. A inserção da AMACRO nos circuitos do agronegócio nacional e internacional revela a subordinação do território amazônico às demandas do capital global na extração de recursos naturais e na reserva espacial de valor.

Conforme análises de Chaves et al. (2024), no período de 2018 a 2022 a região Amacro representava 76,5% do total da área desmatada dos três estados que formam a região. Toda a área impactada serviu à exploração madeireira e à pecuária bovina, ampliando o mercado de terras ilegal na região. Em trabalho de campo em Lábrea e Realidade (distrito de Humaitá) tornava-se corrente as informações referentes a comercialização de terras para médios e grandes proprietários oriundos de Rondônia e Mato Grosso.

A especulação fundiária acelerou especialmente na pandemia, somada à migração intrarregional de Rondônia e Acre. Os municípios do sul do Amazonas tornaram-se área receptoras de migrantes, vinculados à economia agrícola e a expansão desordenada nas áreas rurais, como igualmente se pode observar na região Ponta do Abunã (município de Porto Velho). O deslocamento populacional e mercantil especulativo fez aumentar as pressões nos territórios protegidos, a exemplos das terras indígenas, unidades de conservação e Reserva Extrativistas.

Os dados sistematizados pela Comissão Pastoral da Terra indicam que o avanço da fronteira agrícola está diretamente associado ao aumento dos conflitos por terra, da violência no campo e das violações de direitos humanos, sobretudo contra povos indígenas, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais. No período de 2015 a 2024, foram registrados 1.501 conflitos por terra, envolvendo cerca de 117.606 famílias (CPT, 2025). A densidade dos conflitos na região é expressa nas métricas que são visibilidade a situação social no campo. Embora a Amacro represente 20,9% da área territorial dos estados que formam a Amazônia Ocidental, a região concentra 60% dos conflitos por terra, e 19% de todos os conflitos na Amazônia (Chagas, 2025).

À luz da análise de lanni, esse processo expressa a continuidade histórica da dominação do grande capital sobre o território, na qual o Estado atua de forma seletiva, assegurando proteção jurídica aos interesses econômicos dominantes e negligenciando os direitos das populações subalternizadas. Na AMACRO, essa lógica

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongo2026@unir.br

@vcongo2026

vcongo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

se materializa na morosidade da regularização fundiária e na criminalização dos movimentos sociais do campo, reforçando um padrão de desenvolvimento excludente.

Sob a perspectiva da geografia crítica, o território deve ser compreendido como espaço vivido, apropriado e significado por diferentes sujeitos sociais. Conforme argumenta Santos, o uso corporativo do território impõe uma racionalidade externa às dinâmicas locais, produzindo fragmentação espacial e aprofundando desigualdades socioespaciais. Na AMACRO, essa fragmentação se manifesta na coexistência conflituosa entre grandes empreendimentos agropecuários e formas tradicionais de uso da terra, baseadas na agricultura familiar, no extrativismo e na relação simbólica com a floresta.

Além disso, o enquadramento da região como nova fronteira agrícola reforça o paradigma neoextrativista analisado por Svampa, no qual o crescimento econômico se ancora na intensificação da exploração dos bens naturais e na desterritorialização de comunidades locais. Esse modelo, embora apresentado como estratégia de integração e progresso, aprofunda a vulnerabilidade socioambiental e intensifica os conflitos, evidenciando seus limites estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos por terra e as disputas territoriais na região da AMACRO demonstram que a expansão da fronteira agropecuária, associada à inserção da Amazônia Ocidental nos circuitos do capital nacional e global, tem aprofundado desigualdades sociais, intensificado a violência no campo e fragilizado os direitos territoriais de povos indígenas, comunidades tradicionais e trabalhadores rurais. Tais conflitos expressam a apropriação seletiva do território, subordinada à lógica da acumulação capitalista e à produção de commodities.

Conclui-se que esses conflitos não se configuram como fenômenos isolados, mas como manifestações estruturais de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva dos recursos naturais, na apropriação privada de terras públicas e na atuação seletiva do Estado. A insuficiência das políticas públicas de ordenamento territorial e regularização fundiária contribui para a reprodução da grilagem, do desmatamento e das recorrentes violações de direitos humanos na região.

Dessa forma, torna-se imprescindível repensar o modelo de desenvolvimento vigente na AMACRO a partir de perspectivas que reconheçam o território como espaço de reprodução social, cultural e ambiental. O fortalecimento de políticas públicas voltadas à proteção dos territórios tradicionais, à garantia dos direitos territoriais e à promoção da sociobiodiversidade amazônica constitui condição fundamental para a mitigação dos conflitos socioambientais e para a construção de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica em Direitos Humanos – PIBIC do Programa de Pós-Graduação Direitos Humanos e Desenvolvimento da

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Justiça – DHJUS/UNIR. Ao Grupo de Pesquisa em Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia – GTGA da Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAGAS, A. M. O Velho e o Novo na fronteira da destruição da Amazônia: A Amacro. In: **Conflitos no Campo Brasil 2024**. 1ed., Goiânia: CPT, 2025, v. 1, p. 105-114.
- CHAVES, MICHEL E.D; MATAVELI, GUILHERME; CONCEIÇÃO, KATYANNE V.; ADAMI, MARCOS; PETRONE, FELIPE G.; SANCHES, IEDA D. AMACRO: the newer Amazonia deforestation hotspot and a potential setback for Brazilian agriculture. **Perspectives in Ecology and Conservation**, v. 22, p. 93-100, 2024.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no campo Brasil 2024**. Goiânia: CPT, 2025.
- COSTA SILVA, R. G. A desamazonização da Amazônia: conflitos agrários, violência e agrobandidagem. **Conflitos no Campo Brasil 2021**, v. 1, p. 104-111, 2022.
- COSTA SILVA, R. G. Agribanditry and the Expansion of the Agricultural Frontier in the Southwestern Amazon (Brazil). **Global Journal of Human-Social Science**, v. 24, p. 1-8, 2024.
- IANNI, Octávio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: resultados gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SANTOS, Milton. **Por uma nova geografia: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongeo-638599/